

O COMITÊ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA AMÉRICA LATINA-CBS (1980-1985).

Walter Ângelo Fernandes Aló

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro-FAETEC
Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC / UERJ
Doutorando em História-Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ
waaflo@gmail.com

Em agosto de 1980 o ditador argentino, general Jorge Rafael Videla, iniciou uma agenda de visita ao Brasil, percorrendo cidades como Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, desencadeando uma série de protestos de coletivos de exilados, de grupos de defesa dos direitos humanos e de organizações políticas e estudantis. Um dos momentos mais impactantes ocorreu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, durante a apresentação da tradicional Companhia de Ballet Cólón, quando Videla, durante a execução do hino nacional argentino, se viu constrangido pelos gritos de “liberdade! liberdade!” ecoados pelo recinto¹.

Videla simbolizava a ditadura de segurança nacional mais brutal dentre as várias instituídas no Cone Sul entre 1964 e 1976², que por intermédio do seu Plano de Reorganização Nacional, conciliado repressão política e transformação social e econômica (cânone neoliberal), empregou a perseguição e a violência estatal indiscriminada contra dissidentes, incorrendo em uma série de crimes contra os direitos humanos, como torturas em campos de detenção clandestinos, assassinatos, sequestros de crianças e o desaparecimento forçado de pessoas. Eram tempos de Guerra Fria, de constituição de governos ditatoriais ideologicamente sustentados na doutrina de segurança nacional, a partir de conceitos como *inimigo interno*, *fronteiras ideológicas*, *ameaça comunista*, que cooptaram e atrelaram expressivos setores da elite política e econômica sul americana aos interesses geopolíticos dos EUA.

Ditaduras que impeliram milhares de cidadãos ao exílio, um mecanismo de exclusão política de opositores recorrente na história latino americana desde a formação dos Estados Nacionais nas primeiras décadas do século XIX, “solução” enraizada na cultura política autoritária e militarizada do continente. Indissociável do fenômeno migratório, o exílio é uma migração ou um deslocamento forçado motivado por razões políticas. O exilado é um expatriado, um excluído da esfera política pela ação discricionária do Estado, que se outorga o direito de privar cidadãos de uma nacionalidade em virtude de dissensões políticas, ideológicas, religiosas, etc. A originalidade desse exílio sul americano das décadas de 1970 e 1980 foi o seu caráter massivo e serial. Massivo pois gerou no continente deslocamentos populacionais em levadas até então nunca vistas, produzido pelo somatório de migrações, tanto voluntárias (pessoais/familiares) como forçadas, estas últimas motivadas pelo instinto de liberdade e sobrevivência. Serial e subsequente, visto que com a irrupção de novos

golpes e ditaduras sequenciais, provocou a fuga de um lugar de exílio a outro, uma vez que muitos dos governos anfitriões tornaram-se posteriormente expulsos, como foi a realidade vivida pelos brasileiros no Chile pinochetista em 1973, ano de início da diáspora dos exilados latino americanos e pelos uruguaios na Argentina, a partir do golpe de 25 de março de 1976. Entretanto essa mesma cultura política latino-americana de viés autoritário produziu comportamentos e ações de resistência e de solidariedade, com ativa participação no processo de denúncia e de desgaste das ditaduras, bem como na revitalização da sociedade civil em meio às lutas pela redemocratização. A partir do avanço da perseguição perpetrada pela Operação Condor aos dissidentes políticos e, sobretudo, com a violência e a brutalidade desencadeada pelo golpe civil militar argentino de 1976, produzindo ondas de banidos e exilados, formaram-se, reativamente, laços e redes de solidariedade continentais e transnacionais de acolhimento e proteção aos exilados do Cone Sul, bem como de denúncia internacional do terror de estado e dos crimes praticados pelas ditaduras de segurança nacional. Uma grande visibilidade na esfera pública e política transnacional, mobilizando grupos sociais tanto nos países expulsos como nos países anfitriões.

Uma “nova sensibilidade humanitária”, uma vez que o caráter serial do exílio político sul americano possibilitou a colocação da questão do exílio e do refúgio na arena global, na esfera pública internacional. Na prática ocorreu o fortalecimento do discurso de defesa dos direitos humanos, posicionando, nas décadas de 1970-1980, a agenda humanitária como relevante na sociedade civil, como um problema público. Essas redes foram as mais ecléticas possíveis, desde as ações informais e solidárias de indivíduos e coletivos, passando pela atuação e engajamento de grupos de compatriotas e de sociabilidade no exílio, agências nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, ONGs, organizações civis dos países anfitriões, partidos políticos, associações profissionais e de classe e Igrejas, notadamente cristãs. No Brasil elas atuaram de maneira destacada³, tanto como redes de solidariedade regionais e ou como sub-redes integradas à uma rede internacional de atuação humanitária, no acolhimento, proteção e denúncia de violações aos milhares de exilados bolivianos, paraguaios, uruguaios, chilenos e, principalmente, argentinos, em trânsito pelo Brasil, entre meados das décadas de 1970 e 1980, especialmente pelo Rio de Janeiro e São Paulo. No presente artigo trataremos de uma das mais atuantes (e pouco conhecidas) dessas redes: O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina – CBS.

Fundado em março de 1980 na cidade de São Paulo, o CBS desenvolveu suas atividades de militância política e humanitária até 1985. Iniciou oficialmente seu trabalho engajando-se em uma campanha pública, com a presença do renomado ativista Adolfo Pérez Esquivel⁴, de coleta de assinaturas no Brasil em apoio a indicação da organização Mães da Praça de Maio argentinas ao Prêmio Nobel da Paz de 1981. Definindo-se como um grupo apartidário se organizou a partir da

iniciativa de militantes brasileiros, defensores das liberdades democráticas, engajados nas lutas da sociedade pela anistia e pela redemocratização, com o apoio de grupos com experiência no trabalho de defesa dos direitos humanos no Brasil e no Cone Sul, como o Comitê Brasileiro Pela Anistia-CBA/SP⁵, o Clamor e as instituições religiosas, com grande tradição no trabalho de defesa dos direitos humanos. Muitos desses militantes, inclusive os estrangeiros, estiveram nas lutas que conduziram a formação do Partido dos Trabalhadores - PT⁶ e da Central Única dos Trabalhadores-CUT⁷. Foram fundadores e filiados de primeira hora do partido⁸. Mulheres e homens como a cientista social Fernanda Coelho, a estudante Mara Luz, a Assistente Social Maria Auxiliadora Arantes, o ex preso político Aton Fon Filho⁹, a ativista pela causa dos familiares de mortos e desaparecidos, Suzana Lisboa e o jornalista Hamilton de Souza. Tendo a companhia militante de dezenas de exilados e refugiados do Cone Sul em território brasileiro. E esses exilados-militantes¹⁰ tinham nome, carregavam histórias de perseguição, violência e expatriação. Em 1977 a argentina Amélia Uzin era uma estudante de medicina em Buenos Aires, militando na Juventude Peronista e no grupo Montoneros. A contínua “queda” de companheiros de militância e o desaparecimento do irmão sinalizaram para a radicalização do aparelho repressivo. Acabou sendo detida, sofrendo violência psicológica (nua, com braços e pernas amarradas por fios) ao longo de dois dias. Quando possivelmente iria ser submetida a tortura, alguém entrou na sala pedindo para cessar, libertando-a no bosque de Palermo. A situação mostrava que era hora de sair. E foi o que Amélia e o companheiro fizeram, ainda em 1977:

Eu e meu companheiro fugimos para o Brasil (“país estranho, carnaval, samba”). Fomos na “cara e coragem” pela fronteira de Uruguaiana e Passos de Los Libres, por ônibus, taxi. Eu tinha 20 anos e minha mãe não sabia que eu tinha ido. Fui barrada na fronteira argentina por ter menos de 21 anos. Pagamos ao policial para passar, a mesma coisa no lado brasileiro, quando o agente nos pediu “plata”. Eu tinha o contato de um ex colega da faculdade de medicina que residia em Porto Alegre, que nos acolheu, nos acomodando em uma residência onde moravam estudantes. Fomos bem recebidos.¹¹

Porto Alegre foi uma primeira escala no exílio de Amélia. Seu companheiro, de ascendência italiana, conseguiu contatar parentes em São Paulo, para onde rumaram. Uma nova escala em um país estranho, uma nova necessidade de adaptação, dessa vez na maior e mais culturalmente diversa das cidades brasileiras, carregando ao mesmo tempo as incertezas dessa ruptura e a esperança de um breve retorno à Argentina:

Não queríamos formalizar junto ao escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados- ACNUR a condição de refúgio. Preferíamos a clandestinidade, pois achávamos que voltaríamos em nove meses. Estávamos com o visto de turista, que precisava ser renovado a cada seis meses. Depois fomos morar junto com outros argentinos no bairro do Sumaré, em um quartinho. Conseguimos o primeiro emprego com um argentino radicado em São Paulo, em uma fábrica de acessórios de calçados, que empregava, sem direitos trabalhistas outros estrangeiros, como argentinos, chilenos, uruguaios. Conseguimos alugar um apartamento em outro bairro, no Cambuci. Meu primeiro filho nasce em 1978 na Santa Casa de São Paulo. Tudo foi excelente. Atendimento, pré natal, parto. A mesma coisa com o segundo filho. Tive resistência em me adaptar, levando quase dois anos. Tentei aprender a língua (“eu abria a boca e era argentina...”). Eu permaneci clandestina enquanto meu companheiro renovava o visto periodicamente. Em 1980 conseguimos a documentação de residente. Tivemos outras mudanças de lares, alugando casas com outros argentinos.¹²

Amélia faz uma distinção entre os exilados argentinos radicados em São Paulo. Havia os militantes políticos e os sem militância, sendo esses últimos, uma “rede dentro da rede”, que apoiaram materialmente a ela e aos seus dois filhos, nascidos no Brasil, na Santa Casa de Misericórdia, uma instituição filantrópica. Entretanto, destaca que se inseriu no grupo de resistentes às ditaduras:

Militei com outros argentinos pelos direitos humanos entre 1980 e 1981 no CBS, colaborando também com o Clamor. Utilizávamos o teatro, a música e a exibição de filmes, em itinerância, por bairros da periferia e em paróquias, como instrumento de politização. Em relação a El Salvador, causava muito impacto a exibição do documentário sobre a violência da ditadura e da guerra civil. Fizemos muitas camisetas em silk screen, com a logo do CBS e vendíamos na PUC e outros locais para angariar recursos para as atividades de militância. Produzimos também um audiovisual sobre os desaparecidos argentinos, com fotos e texto narrado pela Suzana Lisboa. Era do grupo de exilados argentinos que faziam as coisas, “tarefeiros”, ao contrário de outros, menos ativos, que denominávamos de “reflexivos.”¹³

O jovem cidadão uruaio Abayuba Grassi, natural de Montevideo, foi outro desse exilados-militantes que atuaram no Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS na década de 1980, trazendo na bagagem a experiência de resistência estudantil e nos coletivos de bairros, bem como na mente e no corpo as marcas do cárcere e da tortura por dissidência política:

Em 1973 eu participava de uma organização anarco sindicalista, chamada Resistência Obrera Estudantil. Fui preso em 1975, aos 18 anos, com mais vinte companheiros e companheiras. Fui torturado física e psiquicamente, permanecendo encarcerado até 1979. Em 1980 retornei à militância, fazendo campanha pelo *não* no plebiscito sobre a constituição da ditadura. Novamente perseguido, fugi clandestinamente para o Brasil com outros companheiros. Fomos ajudados por exilados uruguaios e brasileiros vinculados à defesa dos direitos humanos, como Jair Krischke. Logo em seguida eu e outros companheiros fomos para São Paulo, buscando a Cúria Metropolitana para pleitear o refúgio. Meu objetivo era permanecer no Brasil, mas acabei solicitando asilo ao México e à Espanha. Brasil era também uma ditadura, um pouco mais branda e já se havia conseguido a anistia. E eu estava na qualidade de refugiado em trânsito e era difícil estudar e trabalhar sem documentos. Particpei de cursos e seminários convidado por pelos companheiros solidários. Não houve choque cultural, ao contrário, muitos uruguaios tinhamos um conhecimento da música brasileira. Meu choque foi com São Paulo. Vivia em Santo Amaro, um bairro com a mesma população que Montevideo.¹⁴

Relembrando os seus tempos de militância no CBS, Abayuba Grassi destaca a construção compartilhada de laços e de ações de solidariedade política em meio ao desenraizamento e a angústia produzidas pelo exílio:

Ingressei no CBS em 1982, encontrando já companheiros uruguaios. O Comitê foi fundado por companheiros e companheiras brasileiras vinculados a luta pela anistia, pelos direitos humanos e contra a ditadura, sendo logo integrado por companheiros argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios. O CBS desenvolveu uma ampla militância de informação, difusão e conscientização de luta pelos Direitos humanos e anti ditadura. Manteve um boletim informativo mensal e sempre esteve presente em atividades solidárias em universidades, sindicatos, associações de bairros e paróquias, com seus boletins, testemunhos dos próprios exilados e filmes. Recordo que o filme sobre o Bispo Oscar Romero (El Salvador) teve grande repercussão no Brasil através do CBS. Eu participei dos boletins e de muitas jornadas de militância em São Paulo e em cidades do estado e outros estados do Brasil.¹⁵

O paraguaio Felix Sanchez também optou pelo Brasil como destino. Estudante de sociologia, jornalista atuante, dirigente estudantil, militava na Comissão Nacional de Direitos Humanos e na Juventude Paraguaia dos Direitos Humanos. Em 1978, junto com outros companheiros denunciava em seus textos a condição de degradação humana dos cerca de 1.500 presos políticos nos cárceres

do ditador Alfredo Stroessner. Em 1979, ao participar de um seminário de jornalismo político em São José da Costa Rica, se viu envolto em acelerados desdobramentos, que o impeliram ao exílio no Brasil e à uma nova militância e resistência:

Estava na Costa Rica. E acompanhava os acontecimentos da então triunfante Revolução Sandinista na Nicarágua. Pela proximidade geográfica, resolvi ir lá “ver o que estava acontecendo”. Fiz várias entrevistas, com grande repercussão. Em 1980 Anastasio Somoza, o ditador nicaraguense deposto, recebe asilo no Paraguai. Jornalistas e ativistas humanitários começam a ser perseguidos e presos e confirmo que o serviço de espionagem estava me monitorando. No mesmo ano Somoza é assassinado em um atentado. E comecei a ser procurado pela polícia política. Consegui fugir e fiquei escondido na casa de um amigo durante quatro meses. Acabei percebendo que o regime tinha montado uma narrativa que eu tive participação no atentado a Somoza, em função da minha ida à Nicarágua meses antes. Quando tive oportunidade fugi, “com a roupa do corpo”. Pinte o cabelo, arrumei um capacete de operário da Itaipú Binacional, que estava em construção, fugindo pela Ponte da Amizade. Um amigo me levou a Foz do Iguaçu, onde planejava embarcar em um ônibus. Me “apavorei” ao ver uma viatura da Polícia Federal. Acabei pegando um avião até Curitiba, onde tinha conhecidos e parentes, encontrando minha mãe, que era militante socialista. Nasci em Buenos Aires, filho de pais da primeira geração de exilados da ditadura Stroessner. De lá rumamos para São Paulo. Precisava me reinserir. O processo de distensão política da ditadura brasileira era visto por mim como favorável para ficar.¹⁶

Suas ligações com o catolicismo abriram as portas para a retomada dos estudos de Ciências Sociais na PUC de São Paulo em 1981. Optou por não formalizar junto ao ACNUR a condição de refugiado, permanecendo com documentos provisórios, o que foi a realidade de uma parte significativa dos exilados, que por razões de segurança individual e familiar, preferiam se manter na clandestinidade:

Retomei a faculdade na PUC de São Paulo, sem nenhum documento, nenhum papel. Não tinha nada. Atribuo isso à Dom Paulo Evaristo Arns. Em minha classe tinha outra paraguaia, também exilada. Não requeri refúgio. Fiquei durante muito tempo com documentação provisória de permanência. Eu morava em Osasco. Logo me filiei ao PT. Foi na PUC que conheci colegas que militavam em entidades de defesa dos direitos humanos e em solidariedade a América Latina. E eles me levaram para o CBS. Interagi também com o Clamor e o CBA. Tive mais proximidade com os exilados argentinos e

uruguayos, muito pouco com os chilenos. Lembro das discussões internas das várias correntes e das campanhas em prol de El Salvador.¹⁷

Engajar os setores progressistas brasileiros na luta contra as ditaduras e fomentar a solidariedade continental, conclamando ao intercâmbio de informações e de publicações, foram alguns dos objetivos principais do grupo. Para tanto, o CBS enviou um manifesto de apresentação e propósitos às entidades congêneres brasileiras e latino americanas:

O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, em especial, aos povos do Cone Sul, conclama a todos aqueles que, sensíveis à luta pela defesa dos direitos humanos, queiram prestar ativamente sua solidariedade aos povos da América Latina, principalmente a todos os que, perseguidos em seus países, vieram buscar no Brasil liberdade e acolhimento. A solidariedade que os brasileiros podem prestar aos povos latino americanos, em especial aos povos vizinhos do Cone Sul, se inscreve, hoje, entre as tarefas que a sociedade brasileira pode cumprir na luta pela conquista efetiva das liberdades democráticas, para o nosso próprio país. Solidariedade não tem fronteiras!¹⁸

Em sua Carta de Princípios, o Comitê propunha um programa mínimo de ação, para atender os seus objetivos imediatos, destacando que não pretendia ter o monopólio ou hegemonia na luta pela solidariedade na América Latina, cujo alguns dos seus mais significativos objetivos foram:

1-Lutar pela concessão do asilo a todos os refugiados que, perseguidos em seus países de origem, solicitarem no Brasil o asilo e proteção. Divulgar amplamente as Cartas e Convenções das quais o Brasil for signatário, que protegem o direito de asilo; 2- Denunciar sistematicamente os casos de prisão, assassinato e desaparecimento de perseguidos políticos, principalmente do Cone Sul.; 3- Denunciar particularmente o caso de desaparecimento de crianças, sobretudo na Argentina, Uruguai e Chile. Publicar o material que já existe a respeito e desenvolver uma campanha pública pedindo o esclarecimento destes casos e as providências cabíveis; 4-Denunciar todos os casos de sequestros de cidadãos do Cone Sul em países vizinhos, em particular dos casos ocorridos no Brasil e exigir o esclarecimento dos casos de brasileiros desaparecidos em países do Cone Sul;¹⁹

O CBS denunciava ainda a “contaminação” promovida pela doutrina de segurança nacional no sistema político brasileiro e latino americano, respectivamente, através da atuação da Escola Superior de Guerra - ESG e por intermédio da “disseminação de uma série de ‘escolas’ que visavam

‘colaborar’ com a formação dos oficiais das Forças Armadas dos mais diversos países da América Latina. Dentre estas escolas, citamos: a *US Army Schooll of the Americas* (em Fort Gullick-Panamá), a *Inter-American Geopolitic Survey Schooll* (Fort Clayton), cursos de infantaria de Fort Benning ou os cursos de Estado-Maior de Fort Leavenworth, no Kansas”.²⁰ É relevante destacar a significativa influência do pensamento militar francês sobre a formulação de novos elementos na doutrina de segurança nacional, a partir da experiência das guerras coloniais no Magreb (Argélia, Tunísia e Marrocos) e na Indochina, formatando conceitos basilares como a guerra insurrecional e a guerra revolucionária.²¹

O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina era composto por uma direção executiva, com seis membros, responsável pela promoção e a supervisão das tarefas deliberadas pelas plenárias. O órgão máximo era a assembleia de militantes, para onde convergiam todas as questões que afetavam as decisões e atividades do Comitê. Contava com entidades brasileiras e sul americanas, como o Grupo Clamor, o Comitê Brasileiro para a Anistia – CBA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Uruguaios – CNT e o Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central e Caribe – CSPCAC.²² Editava boletins mensais, em português, para a informação e a veiculação de denúncias dos crimes das ditaduras. Em seu grupo editorial atuavam brasileiros, como o jornalista Hamilton Otávio de Souza e diversos exilados.²³ As reuniões e plenárias eram realizadas em espaços cedidos, como os da Associação de Sociólogos de São Paulo, a Associação Brasileira de Imprensa, o Espaço Cultural Argentino, o Instituto Sedes Sapientiae²⁴ e o gabinete do Vereador João Carlos Alves²⁵. A edição dos boletins e outras despesas dependiam de doações ou da cooperação direta de entidades mais estruturadas, como os Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários de São Paulo, que imprimiam os boletins, enviados para diversas entidades da sociedade civil brasileira e para o exterior.²⁶

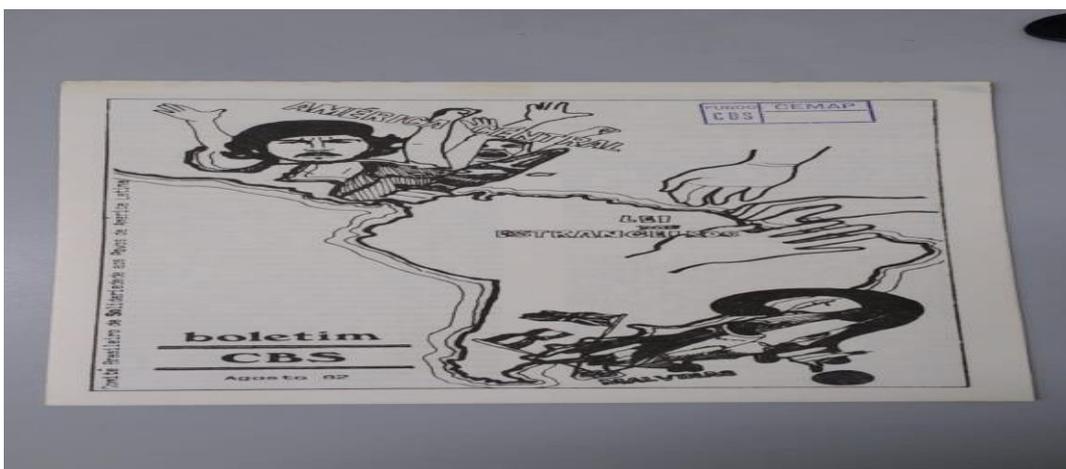


Fig. 1 - Boletim CBS- agosto de 1982. Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

O grupo fez uso da comercialização de boletins, brochês e cartazes como forma de arrecadação de recursos, prática recorrente das entidades humanitárias independentes da sociedade civil. A primeira grande campanha do CBS foi contra a nova Lei dos Estrangeiros, que começou a tramitar no Congresso no primeiro semestre de 1980, ameaçando o então frágil e incômodo acordo extra oficial estabelecido entre o governo ditatorial brasileiro e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-ACNUR no trabalho com os exilados-refugiados do Cone Sul em trânsito pelo país.

Samanta Viz Quadrat lembra que foi a sistemática preocupação do regime com a segurança nacional que ensejou a proposta de alteração das Lei dos Estrangeiros, “vista como uma pressão sobre o presidente-general João Baptista Figueiredo para que o país em tempo de transição não virasse o paraíso da subversão.”²⁷ Entendida como “o AI-5 dos estrangeiros”, foi duramente criticada pelo seu teor autoritário, violando tratados internacionais e a tradição brasileira de acolhida aos estrangeiros, especialmente dos imigrantes.²⁸ Em seus artigos possibilitava a expulsão sumária de estrangeiros, mesmo casado (a) com brasileiro (a) ou com filhos, a cassação do visto de turistas e o próprio confinamento. Dificultava a entrada de professores e cientistas e a assinatura de tratados bilaterais para a expulsão sumária de estrangeiros em situação irregular. Refletindo o “espírito” da segurança nacional, abria a possibilidade de delações de brasileiros contra estrangeiros “suspeitos” ou clandestinos por parte de imobiliárias, hotéis, síndicos, proprietário de imóveis, exigindo que os dados fossem enviados ao Ministério da Justiça.

Como estratégia de mobilização promoveu atos públicos em São Paulo, distribuindo adesivos e panfletos de denúncia, defendendo a criação de uma legislação de asilo político. Conseguiram angariar 200.000 assinaturas, constituindo peça de um dossiê, entregue ao presidente da Câmara Federal, deputado Flávio Marcílio.²⁹ Gestões de repúdio foram feitas junto a parlamentos e a outros governos estrangeiros. Em parceria com o Grupo Clamor e as Madres da Praça de Maio coletaram 10.000 assinaturas contra a lei dos estrangeiras, entregues ao embaixador da Noruega no Brasil. Apesar dos esforços militantes de denúncia e crítica, o texto integral foi sancionado em 19 de agosto de 1980 pelo General João Batista Figueiredo, sob a forma da Lei 6815³⁰. Ainda em seus primeiros momentos o Comitê participou, junto com o Comitê Brasileiro Pela Anistia – CBA da campanha pela libertação da brasileira Flávia Schilling (1953-), filha de Paulo Schilling, escritor e assessor de Leonel Brizola (1922-2004), então deputado federal pelo Rio Grande do Sul, que após o golpe civil militar de 1964 se exila com a família no Uruguai. Em 1972, aos 19 anos, Flávia é baleada e presa em Montevideo, quando militava junto ao Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros, sendo condenada a dez anos de prisão. É liberada e expulsa do Uruguai juntamente com outras dezenas de estrangeiros, em 14 de abril de 1980, depois de grande pressão internacional. Desde a confirmação diplomática da visita Videla ao Brasil, o CBS promoveu campanha de

repúdio, considerando a presença do ditador no país como uma afronta às aspirações democráticas do povo brasileiro. Atos de repúdio se sucederam durante a passagem do ditador pelas cidades brasileiras, com muros pichados com inscrições como “Fora Videla carrasco!” e “Fora Videla assassino!”. Entretanto, vários anúncios em jornais brasileiros saudavam o ditador, obviamente pagos por instâncias governamentais argentinas³¹.

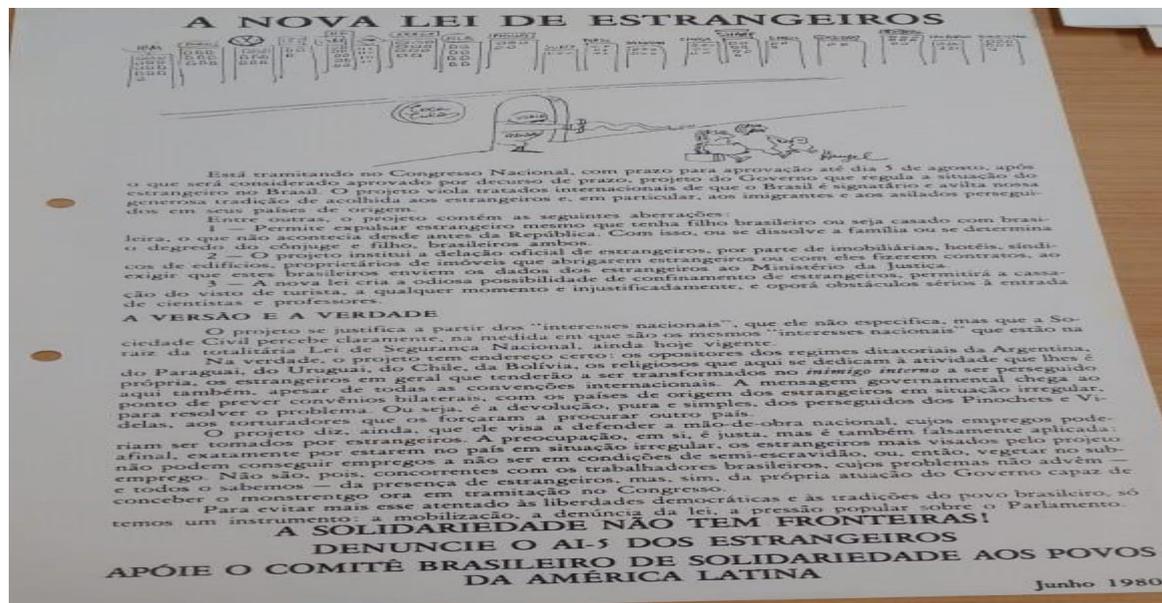


Fig. 2 - Campanha contra a proposta da nova Lei de Estrangeiros brasileira- Junho de 1980. Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP

Um dos atos mais significativos ocorreu em frente ao Consulado argentino na capital paulistana, exigindo esclarecimentos sobre as centenas de presos políticos e desaparecidos em quase quatro anos de ditadura e também de cidadãos argentinos desaparecidos no Brasil. O ato gerou uma carta manifesto, assinada pelo CBA/SP, o Clamor, a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos-SP, a Associação Brasileira de Imprensa- ABI, União Nacional dos Estudantes-UNE, União dos Estudantes Estaduais-SP e Sindicato dos Jornalistas. Na ocasião o CBS aderiu à passeata de mulheres brasileiras exigindo respostas sobre os seus filhos desaparecidos na Argentina, também em apoio a causa das Mães e as Avós da Praça de Maio. Iniciada no Teatro Municipal, desembocou no Largo de São Francisco, onde oradores proferiram discursos e palavras de ordem. Veiculou-se uma lista de cidadãos uruguaios desaparecidos no próprio país e também na Argentina e no Paraguai Acompanhada por entidades que representavam diversos setores da sociedade brasileira, além de familiares de desaparecidos políticos chilenos e uruguaios, portou vários cartazes perguntando, nominalmente, “onde está/onde estão” os presos políticos- desaparecidos brasileiros no Araguaia e no Cone Sul. Contou com uma linguagem cênica coreografada pela renomada atriz Ruth Escobar (1935-2017), com as mulheres utilizando roupas pretas e lenços brancos sobre as cabeças (“somos todas Madres e Abuelas”), marchando em silêncio e brandindo matracas.³²

Aproveitando estrategicamente a reunião anual da Organização dos Estados Americanos – OEA no mesmo ano, o CBS elaborou um dossiê documentando a prática sistemática de violações aos direitos humanos por parte do governo ditatorial argentino, à época já censuradas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, anexando uma carta que solicitava a condenação da junta militar, documentação que foi enviada as embaixadas de todos os países membros da OEA e ao então chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro.³³



Fig. 3- Ato CBS contra a visita de Videla a São Paulo. Agosto de 1980. Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória -CEDEM, Universidade do Estado de São Paulo-UNESP

Em março de 1981 a Argentina ainda seria foco da atenção do CBS, que lembrou o “triste aniversário” de cinco anos do golpe militar que derrubou o governo Isabelita. Realizou-se um ato de repúdio, sendo lido um documento que resumia a história argentina dos últimos anos. Foram projetados slides sobre o processo de tomada de poder e a consolidação do poder da Junta Militar e apresentaram-se fotos de denúncias dos diversos crimes praticados pela ditadura³⁴. Dentre eles a situação de menores suprimidos de suas famílias, muitos nascidas em cativeiro, adotados, invariavelmente, por famílias ligadas à estrutura repressiva estatal, com a troca dos nomes de nascimento.



Fig.4 -Luiz Eduardo Greenhalgh (Clamor) e Lula com as Madres-ato em São Paulo na Semana Mundial dos presos políticos e desaparecidos. Maio de 1983. Acervo fotográfico particular de Amélia Uzin.

Em apoio às lutas de redemocratização do povo uruguaio, organiza um ato de repúdio à ditadura por ocasião do segundo aniversário do sequestro em território brasileiro dos cidadãos uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Díaz³⁵, pela operação condor, apoiando a sociedade civil uruguaia pelo *não* no plebiscito de 1980, coletando assinaturas de entidades como o Grupo Clamor, a Associação de Advogados Latino Americanos de Defesa dos Direitos Humanos, a Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, a Comissão de Justiça e Paz -São Paulo e Comitê Brasileiro de Anistia – SP.³⁶ A consulta popular versava sobre o projeto de reforma constitucional que alargaria os poderes discricionários do governo, com a ampliação da edição de atos institucionais, registrando 57,20% pelo *não* e 42,80% pelo *sim*, resultado que é considerado um ponto de inflexão no processo de “abertura” e de desmantelamento da ditadura uruguaia, que se consolidaria em 1985. O Comitê também direcionou sua mobilização para a situação de El Salvador, iniciando uma campanha de denúncia e de solidariedade ao seu povo. Os salvadorenos viviam os efeitos de uma brutal guerra civil³⁷, cujas origens remontam ao golpe civil-militar de 1979, que levaria ao poder a Junta Revolucionária de Governo – JRG, apoiada financeira e militarmente pelos EUA. A Campanha começou com a remessa de uma carta ao Bispo de Nova Iorque, conclamando sua imediata intermediação junto ao governo dos Estados Unidos para o respeito à autodeterminação dos povos, constituindo um abaixo assinado, exigindo a não intervenção militar no país e enviando cartas às embaixadas das nações membras da Organização dos Estados Americanos, em Brasília. Ainda em 1981 o Comitê realizou um pronunciamento público repudiando a visita do Embaixador Vernon Walters³⁸, enviado do governo Ronald Reagan para negociar o apoio brasileiro na intervenção em El Salvador, promovendo um ato público, denunciando a brutal violência da Junta Militar de Governo, apoiada pelo Estados Unidos, e ação dos grupos paramilitares de extrema direita contra os opositores.³⁹

Ao longo de 1982 o CBS deu continuidade à sua militância. Com o apoio do Diretório Estudantil de História da USP, produz material gráfico repercutindo os nove anos do golpe militar pinochetista no Chile. As questões argentinas também estiveram em grande evidência. Desde o repúdio ao sexto ano da implantação da ditadura civil militar até, principalmente, o apoio à causa das Madres da Praça de Maio e a repercussão da desastrosa guerra das Malvinas.⁴⁰ Elabora uma carta manifesto intitulada “As Malvinas são argentinas e os desaparecidos também”, slogan originariamente das Madres, denunciando a “aventura militar” da ditadura e expressando a ainda ilimitada solidariedade à causa da Comissão dos Familiares Detidos-Desaparecidos e Presos por Razões Políticas – CFDP RP, destacando que entre esses constavam mais de 100 jornalistas.⁴¹ A luta democrática e humanitária aproximava o CBS em colaboração com outras entidades similares, principalmente no Rio de Janeiro. Por intermédio do Comitê de Solidariedade aos Povos Latino Americanos –

COSPLAM e de outras entidades populares formou-se em abril de 1982, o Pró Comitê Brasileiro de Solidariedade as Mães da Praça de Maio e Lutas do Povo Argentino – CBSMPMLPA, cujo ato de lançamento ocorreu no Instituto Metodista Bennet, no bairro do Flamengo. O mesmo CBSMPMLPA convoca um ato público pró povo argentino para 04 de junho de 1982, na Cinelândia, com o apoio de diversas entidade e partidos, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, a União Nacional dos Estudantes – UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, o Partido Democrático Trabalhista – PDT e o Partido dos Trabalhadores – PT.⁴²

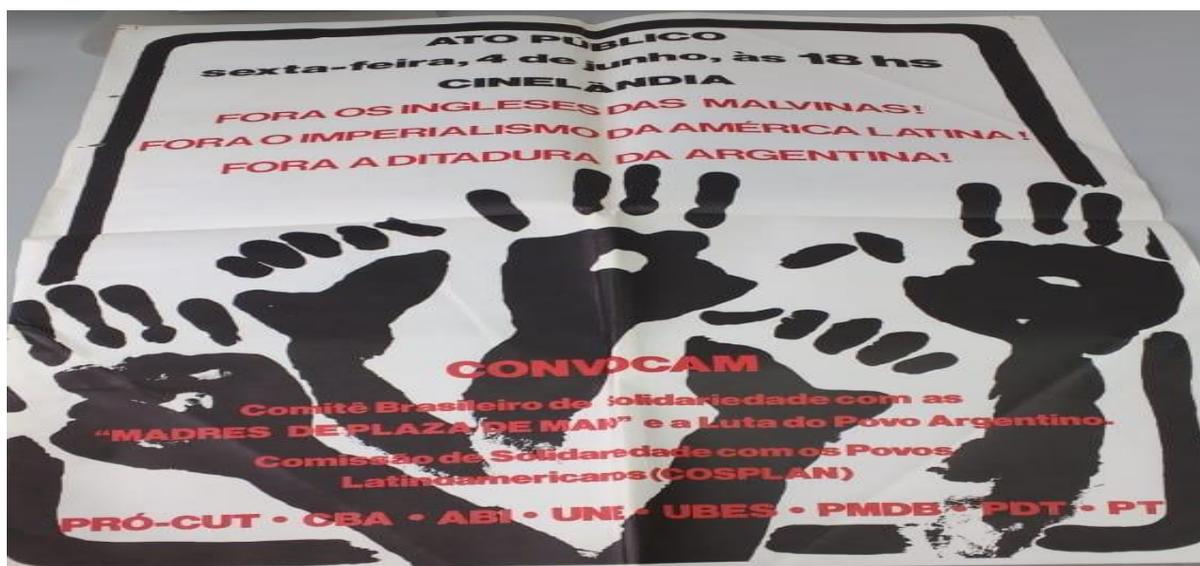


Fig. 5- Ato CBS, Madres da Praça de Maio e COSPLAM contra a ditadura argentina e a guerra das Malvinas, no Rio de Janeiro. Abril de 1982. Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

Palavras de ordem como “...as Malvinas são argentinas e os desaparecidos também!”; e “fora ingleses das Malvinas; fora o imperialismo na América Latina⁴³; fora a ditadura argentina!” ecoaram. Os oradores brasileiros e os exilados discursaram que as Malvinas pertenciam histórica e geograficamente a Argentina e que o seu povo não abria mão disso, exigindo a retirada das tropas britânicas, a paz imediata e o reconhecimento da soberania argentina sobre as ilhas. Reiteraram a luta contra a ditadura do General Galtieri⁴⁴ e o imperialismo inglês, apoiado pelos EUA, denunciando a ditadura pelos mais de 30 mil desaparecidos, mortos e torturados. Exigiam o aparecimento com vida dos detidos e dos desaparecidos, a liberdade para os presos políticos, a revogação da lei 22068/79⁴⁵ e do projeto de auto anistia⁴⁶ dos militares e o julgamento e a punição para os agentes da repressão envolvidos na “guerra suja”⁴⁷. Em São Paulo, no mesmo ano, o CBS apoia uma convocatória do grupo Trabalhadores e Sindicalistas Argentinos Exilados no Brasil – TYSABE, realizando um ato de repúdio à ditadura militar na sede do Sindicato dos Bancários, simbolicamente agendado para a mesma data do golpe, 24 de março⁴⁸. O ano de 1983 foi de intensa

atividade do CBS, com envolvimento nas questões relativas às liberdades democráticas e a defesa dos direitos humanos, notadamente em El Salvador, Uruguai e Argentina, essa última vivendo o progressivo colapso da ditadura, iniciado com a derrota nas Malvinas e sacramentado com as eleições presidenciais de 30 de outubro de 1983 e a posse de Raúl Alfonsín. Em março o Comitê divulga um panfleto repercutindo os sete atos da ditadura argentina, em solidariedade as Mães da Praça de Maio e à Comissão de Familiares de Detidos- Desaparecidos e Presos por Razões Políticas-FDDRP, onde:

Rejeitam qualquer tipo de anistia ou esquecimento que permita aos culpados ficarem impunes; *Exigem* o aparecimento com vida dos presos/desaparecidos; a devolução das crianças sequestradas ou nascidas na prisão (cerca de 400); a imediata libertação dos presos políticos; a investigação do sepultamento dos cadáveres não identificados em cemitérios clandestinos; o levantamento do estado de sítio; a revogação da legislação antidemocrática; fim do aparelho de repressão política.⁴⁹

Em maio do mesmo ano o CBS enuncia uma carta repúdio ao *Documento Final Argentino*, que declarava como mortos os cerca de 30.000 presos políticos e desaparecidos, denunciando as violações aos direitos humanos praticadas em “atos de serviço” pelos militares e as ameaças de morte dirigidas a jornalistas e a Hebe Bonafini, presidente do Grupo das Madres. Ratifica a solidariedade às entidades argentinas de defesa dos direitos humanos, ainda com centenas de encarcerados, como as Madres, a FDDRP e o Serviço de Paz e Justiça – SERPAJ, na figura de seu fundador, Adolfo Perez Esquivel, então em greve de fome e endossa o repúdio dos argentinos radicados no Brasil aos sequestros de milhares de cidadãos e ao funcionamento de diversos centros de detenção clandestinos e de tortura.⁵⁰ Em sintonia com diversas entidades de defesa dos direitos humanos latino americanos e de outros continentes o CBS promove no Brasil eventos e manifestações em alusão à *semana mundial do preso político-desaparecido*⁵¹, realizada sempre no mês de maio, ocasião em que o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns celebrou com outros bispos missa alusiva na Catedral da Sé e o Comitê, juntamente com o Clamor e o CBA, promovendo ato público na Câmara de Vereadores de São Paulo. A exemplo do Grupo Clamor, o CBS dialogou e atuou com o mundo religioso na tarefa de defesa dos direitos humanos, notadamente os cristãos, sejam católicos ou protestantes. Nesse sentido apoiou a celebração ecumênica pelos direitos humanos na América Latina e o posterior ato público, no Colégio dos Irmãos, vinculado a Diocese de Nova Iguaçu, liderado por Dom Adriano Hypólito⁵². Em setembro o CBS é signatário ainda de uma carta de repúdio ao governo ditatorial uruguaio, que sob o argumento de realizar atividade política subversiva, fecha o SERPAJ, uma das mais representativas entidades latino americanas de defesa

dos direitos humanos, que apoiava as famílias de presos políticos, com atuação em mais países do continente. Um elemento representativo da atuação do Comitê foi a intensa participação dos próprios exilados na militância e nas atividades, sobretudo dos argentinos, grupo numericamente maior no desterro. Tal característica também foi uma realidade no Grupo Clamor, igualmente com a predominância dos argentinos. Aliás, alguns dos ativistas militaram simultaneamente no CBS e no Clamor, casos, por exemplo de Maria Auxiliadora Arantes, a “Dodora”, Luiz Eduardo Greenhalgh e Hamilton de Souza. Ainda em 1983 o Comitê participou de uma reunião na Cúria Metropolitana de São Paulo, “quartel general” do Clamor, juntamente com a Comissão de Justiça e Paz. Três exilados argentinos representaram o CBS no encontro. E parte deles a proposta de criação de um tribunal, no Brasil, para julgar os crimes da ditadura de seu país, caracterizados como de lesa humanidade. A estratégia era constituir esse tribunal simbólico há dois meses das eleições presidenciais argentinas⁵³, repercutindo o impacto, na Argentina, da marcha contra a lei de auto anistia militar e das então cada vez maiores denúncias contra o Almirante Emílio Massera⁵⁴ e as atividades de tortura realizadas no centro de detenção clandestina da Escola Superior de Mecânica da Armada – ESMA. Simbolicamente cogitava-se instalá-lo na data de 10 de dezembro de 1983, dia de promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicando o veredito na imprensa internacional, sobretudo na argentina. Apesar da iniciativa, o tribunal acabou por não se concretizar. Em abril de 1984 o CBS apoia, no Rio de Janeiro, a Comissão de Solidariedade e Luta do Povo Argentino pela Democracia – COLUPAD⁵⁵, por intermédio do Vereador Hélio Fernandes Filho (1954-2011), do PMDB, do Deputado Estadual Carlos Fayal (1948-), do PDT e do Deputado Federal Clemir Ramos (1949-), do mesmo partido. Essa Comissão promove, junto ao *Comitê de Não Extradicação de Mário Eduardo Firmenich*⁵⁶, em 05 de abril do mesmo ano, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, ato em homenagem a delegação de familiares da Comissão Peronista de Direitos Humanos, com as presenças de Luiz Carlos Prestes⁵⁷, Alfredo Sirkis⁵⁸ e Raul Fernando Sendic⁵⁹, além de deputados do PMDB, PT, PDT e de entidades da sociedade civil como o CBA, a UNE, a ABI e a Associação de Militares Anistiados, entre outros. Como destacamos, muitos dos militantes do Comitê traziam o acúmulo das lutas democráticas em no Brasil ditatorial, remontando às campanhas pela anistia, inclusive com ativismo junto ao Comitê Brasileiro Pela Anistia – SP. Nesse sentido o CBS, inclusive com a participação dos exilados-militantes, esteve presente nas jornadas pelas “Diretas, já!”, em 1983 e 1984, até a frustração da derrota da emenda Dante de Oliveira⁶⁰, acompanhando o tutelado processo de redemocratização brasileira, institucionalizado com a eleição presidencial indireta⁶¹ da chapa Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985, dando início ao período da história republicana brasileira conhecido como Nova República. E 1985 foi o ano derradeiro das atividades do CBS. Em março, aproveitando

a vinda de Daniel Ortega⁶² ao Brasil para a posse de José Sarney na presidência da república, o Comitê participa, juntamente com outros grupos de defesa dos direitos humanos, de um ato de solidariedade à Nicarágua e ao seu povo, então acossados pelo bloqueio econômico e o apoio financeiro e militar norte americano aos grupos paramilitares que combatiam a Revolução Sandinista, os “Contras”:

O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina foi a entidade brasileira de defesa dos direitos humanos escolhida para compor a mesa em solenidade na Câmara de Vereadores de São Paulo, em ato de solidariedade dos democratas brasileiros ao Comandante Daniel Ortega, líder da Revolução Sandinista e ao povo da Nicarágua. Coube a mim falar em nome do Comitê e, conseqüentemente, dos grupos humanitários brasileiros.⁶³

O Comitê também atuou em campanha conjunta com outras entidades progressistas pelo reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba, rompidas desde a instalação do regime ditatorial em 1964, o que de fato aconteceria em meados de 1986. Em consonância com seus objetivos de fomentar a solidariedade continental, o CBS estreita colaboração com a Federação Latino Americana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos – FEDEFAM, na figura de sua fundadora e presidente (1983-2009), a boliviana Loyola Guzmán Lara. Com o avanço dos processos de redemocratização no Cone Sul a partir de 1984 e a progressiva volta dos canais de expressão política nesses países, com a sociedade civil e suas entidades “recuperando a voz”, e com o retorno de vários exilados a suas respectivas pátrias, principalmente uruguaios e argentinos, gradativamente o CBS vai se desmobilizando. Seus ativistas seguiram caminhos diversos, retornando para suas vidas, famílias e profissões. Mas continuaram se inserindo nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais prementes do Brasil e de seus países. Muitos dos exilados regressaram :

Retornei a Montevideo no final de 1984, retomando minha militância e meus estudos, me formando como professor de História em nível secundário. A readaptação foi algo trabalhosa e com saudade do Brasil. Valorizo muito a solidariedade e o afeto de todos e todas os companheiros do CBS, que vivenciamos aqueles “malos buenos tiempos de lucha por los derechos humanos y la libertad”.⁶⁴

Já outros ficaram (ou tentaram ficar):

O exílio exigiu muito das relações. Com o tempo um não sabia quem era o outro. Após chegar ao Brasil em 1977, me separei do meu companheiro em 1983, já com dois filhos.

Me casei com um brasileiro, em quem encontrei um grande amor. Refiz minha vida. Trabalhei com artesanato, como autônoma. Depois consegui emprego na área de marketing na Empresa Avon Cosméticos, com um bom salário, legalizada. Sempre gostei de teatro e, para surpresa, consegui passar para a Escola de Comunicações e Artes – ECA, da USP, onde cursei por alguns meses. Foi difícil conciliar trabalho, faculdade e a atenção aos meus dois filhos, ainda pequenos. Eu queria ficar no Brasil. Mas, por questões da vida, retornei à Argentina em 1993.⁶⁵

E houve aqueles que permaneceram e se tornaram brasileiros:

Em 1984 comecei a trabalhar na Fundação SEADE, fazendo pesquisas sócio econômicas. Anos depois tornei-me professor da PUC e da UNIFESP e me envolvi demais na política brasileira. Ingressei na direção do PT e em 1994 coordenei a campanha do presidente Lula à presidência em São Paulo. Sai do PT e participei da fundação do PSOL, em 2004. Hoje, aos 63 anos, estou aposentado como professor, residindo ainda em São Paulo.⁶⁶

Para aquela geração de brasileiros e brasileiras que vinham se engajando na segunda metade da década de 1970 nas lutas pela redemocratização e pelo retorno das liberdades no país, “olhar” para o que estava acontecendo no Cone Sul e na América Latina e passar a militar em entidades e redes de solidariedade e de defesa dos direitos humanos como o CBS foi uma experiência enriquecedora e transformadora:

O CBS foi um espaço muito importante em São Paulo de acolhida às pessoas exiladas do Cone Sul que buscaram o Brasil. Mas também um exemplo de solidariedade a muitos brasileiros e brasileiras. Aos que haviam militado na campanha pela anistia; aos que se moviam por seus valores religiosos de amor ao próximo; aos que, como eu, estavam abrindo os olhos para a realidade da América Latina tendo nascido apenas três anos antes da ditadura no Brasil. Como estudante e, na efervescência da redemocratização, foi muito importante ter os olhos abertos para a realidade além das fronteiras brasileiras e das lutas mais imediatas. Seja nos intercâmbios, nos churrascos, regados a muito "mate", nas manifestações, o que se produziu foi uma escola de solidariedade internacional na prática do apoio cotidiano, do compartilhar de sofrimentos, perdas mas também de sonhos. Hoje, quase 40 anos depois, posso afirmar que a experiência do CBS marcou minha vida profissional e de militância e que a causa da América Latina, da Pátria Grande, continua tão importante como naqueles anos!"⁶⁷

Passadas quatro décadas da militância política e humanitária das redes de solidariedade brasileiras aos exilados e aos refugiados do Cone Sul, de luta pelas liberdades democráticas e de defesa dos direitos humanos, fica o legado. A trajetória e os registros materiais e documentais daqueles tempos ditatoriais e de arbítrio estão preservadas nos esforços dos profissionais dos centros e instituições de arquivo e de memória. No caso do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina no rico acervo da Coleção CBS, depositada no Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP. Seus ativistas, hoje sexagenários e septuagenários, espalham-se pelas cidades brasileiras e sul americanas. São guardiões daquelas memórias de luta generosa e solidária. E vários deles aceitaram compartilhá-las para a consecução dessa artigo, a despeito das cicatrizes, dos traumas. Foram atores políticos expressivos de um processo histórico que contribuiu para a derrocada das ditaduras brasileira e as do Cone Sul ao longo da década de 1980. Homens e mulheres, brasileiros (as) e de demais nações da América do Sul, que colaboraram para a consecução da justiça de transição e para a formalização de culpa (ou tentativas, infelizmente frustradas como no Brasil) dos agentes estatais envolvidos em crimes de violações aos direitos humanos durante a guerra suja, em países como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. E que também foram protagonistas na proposição de leis que redimensionaram o tratamento do Estado acerca de temas de grande relevância na contemporaneidade, como migração, refúgio e asilo.

NOTAS

¹ - QUADRAT, Samantha Viz- *Da Argentina Para o Brasil: de uma ditadura a outra*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p. 193.

² - Brasil (1964), Bolívia (1964), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976). O Paraguai, embora de ditadura caudilhesca iniciada em 1954, se associou às de segurança nacional.

³ - A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, sob a liderança do ortodoxo Cardeal Dom Eugênio Sales, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul – Grupo Clamor, sediado em São Paulo, sob a “proteção” do progressista Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e

⁴ - Adolfo Pérez Esquivel (1931-) arquiteto e escultor argentino, ativista pelos direitos humanos na América Latina, foi um dos fundadores, em 1974, do Serviço de Paz e Justiça da América Latina. Pelo trabalho de denúncia internacional aos crimes da ditadura argentina foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 1980.

⁵ - Os Comitês Brasileiros Pela Anistia – CBA surgem no Brasil ao longo de 1978, por iniciativa da sociedade civil, com núcleos de advogados, militantes dos direitos humanos e familiares de presos políticos e desaparecidos, visando a obtenção de anistia ampla, geral e irrestrita, contra os atos de exceção da Lei de Segurança Nacional e da ditadura. Eram núcleos estaduais, autônomos, se organizando primeiramente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com a edição da Lei da Anistia em 1979, foram aos poucos se desmobilizando no início da década de 1980, se convertendo em entidades de defesa dos direitos humanos e atuando pela causa dos presos políticos. Ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba>

⁶ - A fundação oficial do Partido dos Trabalhadores – PT data de 10 de fevereiro de 1980, na cidade de São Paulo.

⁷ - A Central Única dos Trabalhadores – CUT é uma entidade de representação sindical, foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo.

⁸ - Depoimentos concedidos ao autor: Fernanda Coelho, fundadora do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina – CBS. São Paulo, via telefone, em 17 de abril de 2021; Hamilton Otávio de Souza, jornalista, fundador do CBS. São Paulo, via e-mail, em 17/05/21; Felix Sanchez, sociólogo, paraguaio, naturalizado brasileiro. São Paulo, em 25 de maio de 2021, via google meet.

⁹- Aton Fon Filho foi militante da Aliança Libertadora Nacional – ALN, torturado e preso por dez anos (1969-1979).

¹⁰- Utilizamos esse termo a partir da análise dos testemunhos dos exilados sul americanos que militaram no CBS. Em mais de um depoimento aludiram à compatriotas que mantiveram-se afastados da militância política de resistência no Brasil. Em meio a permanência legal (mesmo que provisória) ou à clandestinidade, buscaram tocar suas vidas prosaicamente, se preocupando com a sobrevivência, os cuidados com a família, a adaptação a uma nova cultura, os empregos. O jornalista Hamilton Octávio de Souza, que militou no Clamor e no CBS, afirma que “os membros argentinos do CBS pertenciam a diferentes tendências políticas em seus países de origem, mas colocavam a solidariedade em primeiro lugar, denunciando os regimes argentino ou uruguaio. Eles eliminavam a ideia de um ‘dono’ (da luta), renunciavam a seus propósitos particulares”. Apud. in ROCHA, Jan- *Solidariedade Não Tem Fronteiras*; a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões. 2018, p. 162..

¹¹- Depoimento concedido ao autor, por Amélia Uzin, Argentina de Paraná/Entre Rios, através de vídeo chamada, em 26 de março de 2021.

¹²- Depoimento concedido ao autor por Amélia Uzin, , em 26 de março de 2021

¹³ - Depoimento concedido ao autor por Amélia Uzin, em 26 de março de 2021 e 19 de maio de 2021.

¹⁴- Depoimento concedido ao autor por Abayuba Grassi, uruguaio. Montevideo, via telefone e e-mail, em 22 de abril de 2021.

¹⁵- Depoimento concedido ao autor por Abayuba Grassi, em 22 de abril de 2021.

¹⁶- Depoimento concedido ao autor, por Felix Sanchez, sociólogo, paraguaio, naturalizado brasileiro. São Paulo, em 25 de maio de 2021, via google meet.

¹⁷- Depoimento concedido ao autor, por Felix Sanchez, em 25 de maio de 2021.

¹⁸- “Manifesto de Apresentação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.

¹⁹ - “Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

²⁰- MENDES, Ricardo Antonio Souza. “Ditaduras civis-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia”. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 12. Estas “escolas de ditadores” tiveram entre seus 43 mil discentes mais notórios o paraguaio Strossner, o chileno Pinochet e o argentino Galtiere”.

²¹- Ibid., p.12-13

²²- “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

²³- “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP e Depoimento concedido ao autor por Hamilton Otávio de Souza, brasileiro, jornalista, ex-professor da PUC-SP. São Paulo, via e-mail, em 17 de maio de 2021.

²⁴- O Instituto Sedes Sapientiae, fundado em 1975 na cidade de São Paulo, é um centro multidisciplinar de reflexão, formação e serviços, nas áreas de saúde mental, filosofia e educação, com compromisso de defesa dos direitos humanos e da liberdade. Dirigido pela Madre Cristina Sodré Dória (1916-1997), reconhecida defensora das causas humanitárias, constitui-se em um significativo polo de resistência à ditadura brasileira e de colaboração na luta contra as congêneres do Cone Sul.

²⁵- José Carlos Alves (1949-2021) foi um ativo vereador da primeira bancada do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, vinculado às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e à oposição metalúrgica.

²⁶- Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, Cientista Social, fundadora do CBS. São Paulo, via telefone, em 17 de abril e 14 de maio de 2021.

²⁷- QUADRAT, Samantha Viz- *Solidariedade no exílio: laços entre argentinos e brasileiros*. IV Jornadas de História Reciente. Universidad Nacional de Rosário, Argentina. Maio de 2008, p.12.

²⁸- Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, em 17 de abril e 14 de maio de 2021 e “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981” e “A Nova Lei de Estrangeiros – A versão e a verdade - panfleto/material de divulgação. São Paulo, junho de 1980”. Fontes: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

²⁹- Flávio Portela Marcílio (1917-1992), Deputado Federal pelo Partido Democrático Social – PDS cearense

³⁰- Revogada pela Lei 13.445 / 2017 – Nova Lei de Migração

³¹- QUADRAT, 2011, op. cit, p.192-193

³²- Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, 17 de abril e 14 de maio de 2021 ; QUADRAT, 2011, p. 193 e acervo fotográfico particular de Aton Fon Filho.

³³- Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro (1918-2011), diplomata, Ministro das Relações Exteriores durante o governo do General Figueiredo, 1979-1985.

³⁴- Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, em 17 de abril e 14 de maio de 2021; acervo fotográfico particular de Aton Fon Filho e “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

³⁵- Militantes do Partido por la Victoria del Pueblo – PVP, estavam residindo em Porto Alegre legalmente. Em novembro de 1978 um esquadrão uruguaio, com a complacência das autoridades brasileiras, tinha como missão sequestrar Universindo e Lilian. Jan Rocha, militante do Clamor é contada em São Paulo por uma uruguaia, que relatou apreensão pela falta de notícias da amiga. Jan pede a ajuda do advogado gaúcho Omar Ferri para checar a situação pessoalmente no endereço dos uruguaios. Ao mesmo tempo o jornalista Luiz Cláudio Cunha, chefe da sucursal da revista Veja em Porto Alegre, recebe um telefonema anônimo alertando para a situação dos uruguaios. Tanto Ferri quanto Cunha foram ao apartamento. Ferri não encontra os uruguaios, enquanto Cunha e o fotógrafo João Batista Scalco tem sucesso, encontrando Universindo e Lilian, juntamente com os filhos dela, Camilo (8 anos) e Francisca (3 anos), sendo rendidos por homens armados, que depois se constatou serem agentes da polícia gaúcha. Os agentes informaram aos jornalistas que estavam procedendo a uma diligência em função dos estrangeiros estarem ilegalmente no país e que não deveriam reportar nada do que tinham presenciado. O que de fato não aconteceu, com a imprensa noticiando no dia seguinte que “exilados uruguaios foram sequestrados por homens armados”. Os quatro foram levados para o uruguai. As crianças foram entregues a avó e Universindo e Lilian foram detidos, permanecendo nessa condição até 1984. Há consenso que a publicidade do caso na imprensa brasileira acabou salvando a vida dos uruguaios.

³⁶- “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

³⁷- Em 1979 um golpe depõe o General Carlos Humberto Romero e institui uma Junta civil militar no poder, autodenominada Junta Revolucionária de Governo – JRG. Refletindo os tempos de guerra fria na América Latina, iniciou-se uma polarização ideológica, com a Junta sendo confrontada pela principal força de oposição, a esquerdista Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – FMLN. O assassinato do Arcebispo de San Salvador, Dom Oscar Romero, crítico da Junta, em 1980, e o “banho de sangue” em seu funeral, com quase 50 mortos, deflagra uma brutal guerra civil, com o apoio militar e financeiro dos EUA à Junta e aos grupos paramilitares, confrontados pela FMLN, subsidiados por Cuba e URSS. O conflito se estendeu até o acordo de paz de 1992, deixando um saldo de 80 mil mortos, 10 mil desaparecidos e cerca de um milhão de desabrigados, com milhares impelidos à migração forçada.

³⁸- Vernon A. Walters (1917-2002), militar e embaixador norte americano, foi adido militar no Brasil entre 1962 e 1967, com participação nas articulações golpistas que conduziram ao golpe civil militar de 31 de março de 1964, além, entre outros postos, de Vice-Diretor da CIA, entre 1972 e 1976.

³⁹- “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

⁴⁰- Conflito militar entre Argentina e Reino Unido pela soberania da Ilhas Malvinas ou Falklands, no período de abril a junho de 1982. Iniciado a partir da invasão relâmpago das ilhas pelos argentinos, provocou a imediata reação do Reino Unido, derrotando os sul americanos e retomando o controle do arquipélago. A “desastrada” campanha militar da ditadura argentina foi fator decisivo para o seu colapso e a aceleração do processo de redemocratização da nação ao longo do ano de 1983.

⁴¹- “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

⁴²- “Cartaz de convocação para o ato público Fora ingleses das Malvinas na Cinelândia, Rio de Janeiro”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

⁴³- A luta política anti-imperialista à época tinha grande repercussão continental, tornando-se bandeira das esquerdas, de nacionalistas e de desenvolvimentistas latino americanos, fundamentalmente a partir do êxito histórico da Revolução Cubana de 1959 e da então contemporânea Revolução Sandinista da Nicarágua (1979). Romper com a dominação econômica imperialista europeia e, sobretudo norte americana, era visto como uma “nova independência”.

⁴⁴- Leopoldo Fortunato Galtieri (1926-2003), terceiro general presidente da ditadura argentina, entre dezembro e junho de 1982. Ordenou a campanha de invasão das Ilhas Malvinas.

- ⁴⁵-Deu origem a Lei de Ausência por Presunção de Falecimento, de 12 de setembro de 1979, editada no governo Videla, dando por mortos os desaparecidos políticos, entre a decretação do estado de sítio, em 06 de novembro de 1974 e a data da promulgação da lei. Foi revogada pelo artigo 1º da Lei 22.967, de 09 de novembro de 1983. <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=257120>.
- ⁴⁶- Lei 22924/83, conhecida como Lei de Pacificação Nacional (auto anistia), editada em setembro de 1983, nos estertores da ditadura civil militar, extinguindo as ações penais sobre os crimes cometidos pelos agentes do Estado. Revogada em dezembro de 1983. <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/70000-74999/73271/norma.htm>.
- ⁴⁷- “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 198” e “Carta -as Malvinas são argentinas e os desaparecidos também!”. Fontes: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.
- ⁴⁸-“Panfleto de convocação para o ato em solidariedade ao povo argentino”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.
- ⁴⁹- “Panfleto- situação argentina, março de 1983”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.
- ⁵⁰- “Dossier do atuado pelo Comitê Brasileiro de Solidariedade com as Madres da Plaza de Mayo e as Lutas do Povo Argentino.1983”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.
- ⁵¹- “Panfleto de convocação para os eventos de comemoração da semana mundial do preso político-desaparecido. São Paulo, 25-31 de maio de 1983”. Coleção CBS. Fonte: Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.
- ⁵²- Dom Adriano Mandarino Hypólito (1918-1996), frade franciscano, foi um ferrenho opositor da ditadura militar brasileira, pertencente ao denominado “clero progressista. Teve destacada atuação na defesa dos direitos humanos à frente da Diocese de Nova Iguaçu, da qual foi Bispo entre 1966-1994. Tal orientação lhe rendeu diversas ameaças e um sequestro/espancamento em 1976, quando foi abandonado em uma estrada nu e pintado de vermelho.
- ⁵³- As eleições foram realizadas em 30 de outubro de 1983, dando vitória a Raúl Alfonsín da União Cívica Radical, com 51,7% dos votos válidos, sendo empossado como presidente da república em 10 de dezembro de 1983.
- ⁵⁴- Emílio Eduardo Massera (1925-2010), Almirante argentino, conspirador de primeira hora do golpe civil militar de 24 de março de 1976, integrante da Junta militar de governo ao lado de Jorge Rafael Videla (exército) e Orlando Ramón Agosti (Aeronáutica), notabilizou-se como um implacável repressor dos dissidentes por meio do centro de detenção e tortura instalado na Escola Superior de Mecânica da Armada- ESMA. Em 1985 é julgado e condenado a prisão perpétua, sendo indultado pelo presidente Carlos Menem (1989-1999) em 1990, com a revogação do mesmo pelo presidente Néstor Kirchner (2003-2007) em 2007.
- ⁵⁵- “Carta convite para o ato em homenagem aos familiares das vítimas assassinadas e desaparecidos pela ditadura militar argentina- COSLUPAD, Rio de Janeiro, 03 de abril de 1984”. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.
- ⁵⁶- Mário Eduardo Firmenich (1948-), um dos fundadores do grupo guerrilheiro peronista Montoneros (1969), liderando-o por mais de uma década. Em fevereiro de 1984 é detido no Rio de Janeiro, sendo extraditado para a Argentina em outubro do mesmo ano, julgado pelo governo Alfonsín e condenado a 30 anos de prisão. Anistiado em 1990 pelo presidente Carlos Menem, vive desde 1996 na Espanha.
- ⁵⁷- Luiz Carlos Prestes (1898-1930), gaúcho, militar e político integrante do Partido Comunista Brasileiro, preso político durante o Estado Novo (1937-1945), constituinte em 1946, Senador entre 1946-1948 e exilado na URSS durante a ditadura civil militar de 1964. Retorna ao Brasil com a Lei da Anistia em 1979.
- ⁵⁸- Alfredo Hélio Syrkis (1950-2020), carioca, político e jornalista, foi líder estudantil secundarista durante a ditadura civil militar de 1964, participando da luta armada contra a mesma no início da década de 1970 e rumando para o exílio em 1971. Retorna ao Brasil em 1979 com a Anistia, desenvolvendo atividades de jornalista e escritor, ingressando posteriormente na política como Vereador e Deputado Federal (2011-2014) pelo Partido Verde -PV e posteriormente no Partido Socialista Brasileiro- PSB.
- ⁵⁹- Raul Fernando Sendic (1962-), que viria a ser Vice-Presidente da República ente 2015-2017, participou do ato representando o seu pai, o lendário socialista uruguaio Raul Sendic (1925-1989), então preso, um dos fundadores do grupo guerrilheiro Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros. Permaneceu encarcerado pela ditadura entre 1972 e 1985, falecendo em 1989, de sequelas das torturas.
- ⁶⁰- Proposta de emenda constitucional-PEC 05/1983, apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), visando reinstaurar as eleições diretas para a presidência da república, rejeitada pela Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984.

⁶¹- Em 15 de janeiro de 1985 o Congresso Nacional transforma-se em colégio eleitoral, votando na disputa entre as chapas Tancredo Neves-José Sarney (PMDB-Aliança Democrática) e Paulo Maluf-Flávio Marcílio (PDS), consagrando a primeira com 72% dos votos.

⁶²- Daniel Ortega (1945) foi o líder da Revolução Sandinista de 1979, que por intermédio da Frente Sandinista de Libertação Nacional- FSLN, pôs fim a ditadura de Anastasio Somoza, iniciada em 1933, com o apoio militar e econômico norte americano, a partir da intervenção yanque no país em 1925. Com o binômio nacionalismo e anti-imperialismo constituiu-se na última revolução popular latino americana socialista vitoriosa, a despeito dos obstáculos impostos pela asfixia econômica e pela desestabilização política introduzida pelas milícias “contra”, financiadas clandestinamente pelos EUA, o que levou o país a um estado de guerra permanente, com elevados custos econômicos e sociais nas décadas seguintes. Todavia, converteu-se como uma poderosa referência latino americana na luta anti-imperialista na década de 1980. Ortega, ainda vinculado à FSLN, foi eleito presidente em 1984, permanecendo até 1990. É o atual presidente da Nicarágua, cargo que ocupa desde 2007.

⁶³- Depoimento concedido ao autor por Fernanda Coelho, brasileira, cientista social, fundadora do CBS. São Paulo, via telefone e e-mail, em 17/04/21 e 14/05/21 e Acervo fotográfico particular de Aton Fon Filho, militante do CBS.

⁶⁴- Depoimento concedido ao autor por Abayuba Grassi, uruguaio de Montevideo, professor, via telefone e e-mail, em 22 de abril de 2021.

⁶⁵- Depoimento concedido ao autor, por Amélia Uzin, argentina, natural de Paraná/Entre Rios, por vídeo chamada, em 26 de março e 19 de maio de 2021.

⁶⁶- Depoimento concedido ao autor por Felix Sanchez, paraguaio, jornalista, ex-professor da PUC-SP. São Paulo, via google meet, em 25 de maio de 2021.

⁶⁷- Depoimento concedido ao autor por Mara Luz, brasileira, militante do CBS. São Paulo, via e-mail, em 18 de maio de 2021.

BIBLIOGRAFIA

- _____ . *Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul - CLAMOR (1978-1991)*. Jornadas de Trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX. Argentina, La Plata, 2012.

- _____ *Teologia das brechas: a atuação do reverendo Jaime Wright na defesa dos direitos humanos durante as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul (1976-1988)*”. 2º Colóquio Internacional Movimentos: Trânsitos e Memórias, na Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. Abril de 2019.

- _____ . *Pastor dos bons e dos maus: o Cardeal Dom Eugênio Sales e a rede de proteção carioca aos exilados sul americanos durante as ditaduras de segurança nacional (1978-1982)*. III Jornada de Trabalho de Exílio Político no Cone Sul no século XX. Santiago do Chile, novembro de 2016.

- BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

- CAMPANHOLO, Bárbara Geromel – *Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquiodicesana do Rio de Janeiro (1976-1982)*. Niterói, UFF/PPGH. Dissertação de mestrado. 2019

- CATOGGIO, Maria Soledad- *La trama Religiosa de las Redes Humanitarias y del Activismo Transnacional em las Dictaduras del Cono Sur de America Latina*. In: JENSEN, Silvina e LASTRA, Maria Soledad (Orgs.) – *Exilios, militância y represión: Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. Argentina, La Plata: EDULP, 2014

- D’ ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- DINGES, John. *Os Anos do condor; uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

- FLIER, Patrícia (Coord.) – *Histórias detrás de las memórias: um ejercicio colectivo de história oral*. Argentina, La Plata: UNLP/FaCH. 2018

- FRAGA, Guilherme Barboza – *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: O Grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares*. Porto Alegre, UFRS/PPGH. Dissertação de mestrado. 2020.
- FRANCO, Marina- A “Solidariedade” ante os exílios dos anos 1970: reflexões a partir do caso argentino na França. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- GROppo, Bruno- Os Exílios Europeus no Século XX. Revista Diálogos. Universidade Estadual de Maringá, Paraná. DHI/PPGH. V.6, 2002
- JELIN, Elizabeth- *Los Trabajos de La Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2001
- JENSEN, Silvina- Agendas para una história comparada de los exilios masivos del siglo XX: Los casos de España y Argentina. Revista Pacarina del Sur. Ciudad de Mexico, 2011.. - MARIANO, Nilson. *Montoneros no Brasil: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 2006.
- MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civis-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.
- MOREIRA, Júlia Bertino- *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. Campinas, Unicamp/IFCH. Tese de doutorado. 2012
- PADRÓS, Enrique Serra (org.) - Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor. São Paulo, Revista Projeto História, PUC-SP, v. 50, 2014
- QUADRAT, Samantha Viz- Da Argentina para o Brasil: de uma ditadura a outra. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. As redes políticas de solidariedade na América Latina. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 17, jan./abr. 2016
- ROCHA, Jan - *Solidariedade Não Tem Fronteiras; a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor*. São Paulo: Outras Expressões. 2018
- RONIGER, Luís - Reflexões Sobre o Exílio Como Tema de Investigação: avanços Teóricos e Desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011
- SADER, Emir. *A Transição no Brasil*. São Paulo: Atual, 1990.
- SAIN, Marcelo Fabián- Democracia e Forças Armadas; entre a subordinação militar e os “defeitos civis”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso- *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.
- SANJURJO, Liliana L. *Narrativas do exílio argentino no Brasil: nação, memória e identidades*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2007.
- SZNAJDER, Mario- Os Exílios Latino Americanos. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011
- YANKELEVICH, Pablo- Estudar o Exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.